

Uma tarefa urgente: salvar arquivos de empresa

José Manuel Lopes Cordeiro

Introdução

No domínio da salvaguarda de arquivos empresariais o nosso país regista, infelizmente, um enorme atraso. Se, ao longo de quase todo o século XX, com as algumas exceções, a necessidade de salvaguardar arquivos empresariais nunca foi devidamente contemplada, nas duas últimas décadas, com a reconversão da economia portuguesa e o concomitante desaparecimento de empresas estabelecidas há longos anos no panorama económico nacional – e, portanto, detentoras de importantes acervos documentais –, a situação agravou-se consideravelmente. Deste modo, afigura-se cada vez mais urgente a tomada de medidas céleres relativamente àqueles arquivos, a fim de se salvaguardar aquilo que ainda o pode ser, e evitar-se a perda de uma significativa parcela do nosso património cultural. Importa, no entanto, salientar que algo tem vindo a ser feito nesta área, nomeadamente pela BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, através do seu Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais –, com a realização de diversas iniciativas, desde a organização de dois Encontros sobre Arquivos Empresariais

(um Nacional ¹, em 2000, e outro Internacional ², no ano seguinte), à promulgação de legislação específica e, aspecto particularmente importante, o inventário dos arquivos de empresa existentes no nosso país.

Contrariamente ao que se passa em Portugal, a salvaguarda de arquivos empresariais é uma realidade existente há muito tempo em variadíssimos países, particularmente naqueles que viveram mais intensamente o processo de industrialização iniciado nos finais do século XVIII. Assim, e dado que talvez seja útil conhecer o que outros realizaram nesta área, propomo-nos apresentar aqui uma síntese de algumas experiências estrangeiras bem sucedidas neste domínio. Ao mesmo tempo, dispomo-nos a apresentar igualmente, tanto quanto o permitem a experiência e a reflexão que desde há alguns anos temos consagrado a esta questão, e com a precaução e modéstia que as mesmas aconselham, algumas necessidades básicas que entre nós cremos deverem ser postas em prática no domínio da salvaguarda de arquivos históricos de empresas.

Antes de abordarmos o primeiro dos pontos atrás assinalados, gostaríamos de realçar um aspecto que nos parece igualmente importante, e que se prende com uma outra perspectiva de encarar os arquivos empresariais. Tradicionalmente, e com toda a justificação, este tipo de arquivos tem vindo a ser encarado de duas formas: do ponto de vista técnico, decorrente das tarefas que os arquivistas têm em mãos para fazerem face aos requisitos que a sua organização implica e, de um outro ponto de vista, mais instrumental, procedente das necessidades dos investigadores em acederem àqueles fundos documentais.

Para além destas duas perspectivas gostaríamos de salientar que nos parece indispensável considerar também os arquivos empresariais – e referimo-nos, particularmente, aos arquivos de empresas industriais – como testemunhos materiais do processo de industrialização e, por conseguinte, parte integrante daquilo que tem vindo a ser definido como património industrial. É que tal como as instalações, máquinas, artefactos mecânicos, etc., de uma qualquer empresa industrial, a sua documentação integra igualmente o que, como sublinhou Eduardo Núñez Fernandez, constitui o *corpo* do património industrial dessa mesma empresa ³. Ainda de acordo com este autor, *“este ponto de vista implica a consideração de uma série de critérios, fundamentalmente*

metodológicos, que se distanciam substancialmente desse entendimento inicialmente instrumentalizador da documentação, que a coloca apenas ao serviço da investigação. Um desses critérios – provavelmente o principal – seria aquele que conceptualiza o património documental de uma indústria como a mente, a memória ou o cérebro desse corpo industrial (...) e, como tal, peça inseparável mas muito significativa desse mesmo corpo industrial”⁴.

Esta perspectiva adicional decorre igualmente do facto de que para além de constituírem um conjunto orgânico de documentos conservados em função da sua importância administrativa ou jurídica, os arquivos das empresas industriais apresentam também outras características, relacionadas com a evolução histórica da empresa – ampliação de instalações, introdução de novas tecnologias, conquista de mercados, etc. – e com todo o universo de pessoas que nela trabalharam ao longo dos anos, com as suas condições de trabalho, salários ou movimentações sociais. Frequentemente, os arquivos das empresas industriais – quando subsistem – constituem praticamente os únicos vestígios materiais dessas mesmas empresas, razão pela qual merecem ser também encarados do ponto de vista patrimonial – do património correspondente a um significativo período histórico – e não apenas em função do seu valor instrumental. Deste modo, descobrimos nos arquivos empresariais uma outra faceta – a que corresponde ao conceito de património documental empresarial – a qual vem reforçar ainda mais a necessidade da sua preservação.

Um relance sobre a situação dos arquivos empresariais na América e na Europa Ocidental

A compreensão da necessidade de preservar arquivos de empresa surgiu nos primeiros anos do século XX, quase em simultâneo, nos Estados Unidos da América e nos países europeus mais desenvolvidos⁵.

Nos Estados Unidos da América, “*serão fundamentalmente as grandes companhias surgidas da primeira revolução industrial, as instituições representativas do meio empresarial, as universidades e as associações de investigação*

*em história económica os principais impulsionadores desta política preservacionista*⁶. No início deste século, grandes empresas norte-americanas iniciaram a organização dos seus arquivos colocando-os à disposição do público. Entre as primeiras empresas a actuar neste sentido contam-se a Ford – que, para além disso, também favoreceu a investigação de temas económicos e sociais –, e a Sociedade Mac Cornick, uma “*empresa familiar na sua origem, especializada no fabrico de máquinas agrícolas e cujos arquivos remontam a 1830, que os organizou e abriu ao público em 1919, para além de ter fundado, em 1912, a Associação Histórica Mac Cornick*”⁷. Também a Firestone solicitou, em 1937, os serviços dos Arquivos Federais para organizar o seu arquivo.

Contudo, no caso dos Estados Unidos da América, o principal contributo para a salvaguarda e organização dos arquivos empresariais partiu do sector das universidades privadas, como a Harvard University e o Massachusetts Institute of Technology, com a criação, em 1925, de um centro de estudos que se encarregará, simultaneamente, de recolher e organizar vários acervos empresariais, o qual constituirá dois anos mais tarde a base para a constituição do departamento de arquivística económica da conhecida Baker Library, da Harvard University, consagrada à investigação da história económica e empresarial norte-americana, e hoje em dia considerada a mais importante entidade deste tipo no mundo anglo-saxónico. Este exemplo irá ser posteriormente seguido por outras universidades norte-americanas, como a de Virginia e a de Louisiana, cujas bibliotecas incorporaram inúmeros acervos empresariais⁸.

Por seu turno, a Society of American Archivists criou também, embora mais recentemente, uma Business Archives Section⁹, de cujo trabalho ressalta a edição regular de um *Directory of Corporate Archives in the United States and Canada*, publicado pela primeira vez em 1997, e permanentemente actualizado. Esta publicação apresenta não só as empresas que conservam os seus próprios arquivos, como as que contratam serviços de consultadoria histórica para organizarem os seus acervos documentais.

Ainda na América, mas na parte meridional do continente, importará salientar várias experiências desenvolvidas no Brasil, país do qual tão pouco conhecemos não obstante o fogo cerrado de telenovelas com que somos permanentemente bombardeados nos dar a ilusão de que sabemos algo da realidade brasileira. A primeira, tem vindo a ser desenvolvida pela Fundação Património

Histórico da Energia de São Paulo (FPHESP), a qual foi criada para garantir a preservação do património histórico e cultural de várias empresas brasileiras produtoras de energia eléctrica ¹⁰. Um dos seus objectivos constitui, precisamente, o de orientar e colaborar com as empresas do sector energético na preservação de arquivos, objectos, equipamentos e sítios de valor histórico.

A documentação arquivística sob a responsabilidade da FPHESP compreende actualmente cerca de trinta diferentes fundos e colecções de empresas, organizações do sector energético paulista e de pessoas que actuam ou actuaram naquela área. Em cada um destes arquivos e colecções diferentes encontram-se documentos tais como: artigos científicos, actas de reunião, cartas geográficas, contratos, correspondência, desenhos técnicos de engenharia e arquitectura, *dossiers* de trabalhadores, estudos técnicos, artigos publicadas na imprensa, relatórios administrativos e de gerência, fotografias, negativos, fotografias aéreas, filmes e depoimentos orais. Estes documentos abrangem um período que vai de meados do século XIX até ao final do século XX e perfazem cerca de 2.500 metros lineares de documentos escritos em suporte papel, aproximadamente 254 mil documentos fotográficos, cerca de 8 mil pranchas de desenhos de arquitectura, engenharia e cartografia, cerca de 2 mil cintas de *vídeo* e 211 de *cassete* com depoimentos orais.

A Fundação Património Histórico da Energia de São Paulo publica uma revista quadrimestral intitulada *Memória Energia*, a qual tem por objectivo a divulgação da investigação realizada com a utilização base no acervo recebido das instituidoras da Fundação. Por seu turno, os cadernos *História & Energia*, outra das publicações da FPHESP, constituem uma série temática que divulga também o acervo de suas instituidoras. A FPHESP edita ainda publicações especiais com periodicidade e temas em aberto, focando assuntos relacionados com a história da energia em São Paulo, a partir de sua documentação arquivística, bibliográfica, museológica e do seu património arquitectónico.

Ainda no domínio do sector eléctrico encontramos um segundo exemplo que importa referir, o Centro da Memória da Electricidade no Brasil – Memória da Electricidade ¹¹. Esta instituição editou em 1989 um *Guia de Fundos Documentais do Sector de Energia Eléctrica*, o qual é o resultado do levantamento dos acervos documentais de natureza técnica e administrativa produzidos e acumulados por 43 empresas brasileiras do sector da energia eléctrica.

O último dos exemplos brasileiros aqui apresentados não é, por isso, menos importante. Trata-se do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL) da UNICAMP. Constituído em 1974, essencialmente como um Arquivo da história social do Brasil, particularmente do seu movimento operário, passou por sucessivas ampliações, integrando actualmente outro tipo de acervos com igual interesse para aquele objectivo inicial, como é o caso da documentação patronal¹². Deste modo, o AEL possui hoje em dia três conjuntos documentais importantes: a Colecção História da Industrialização, que reúne, desde arquivos de empresas até fotografias das primeiras décadas do século; o Fundo Instituto de Organização Racional do Trabalho, instituição que nos anos 1930 difundiu o método *taylorista* no Brasil; e o Fundo Roberto Mange, constituído pelos documentos pessoais do pioneiro do ensino industrial naquele país irmão.

Na Europa ocidental, os países anglo-saxónicos foram os pioneiros na salvaguarda e organização dos arquivos empresariais. Na Alemanha, que possui uma das mais antigas tradições na área da salvaguarda deste tipo de acervos, existem cinco tipos principais de arquivos que conservam a documentação histórica das empresas: públicos, empresariais, regionais – mantidos pelas Câmaras de Indústria e Comércio –, universitários e ainda os pertencentes a vários sectores industriais¹³. Analisando as origens deste interesse preservacionista na Alemanha, constata-se que a iniciativa partiu igualmente do sector privado, mais concretamente de algumas grandes empresas e das Câmaras de Indústria e Comércio. Em 1905, a Krupp fundou em Essen um arquivo geral da empresa, no que foi seguida dois anos mais tarde pela Siemens, que instalou o seu arquivo em Berlim, o qual se encontra actualmente em Munique. Até ao final da década de 1930 muitas outras empresas alemãs organizaram também os seus arquivos. De acordo com um estudo publicado em 1987 existiam cerca de 500 arquivos de instituições bancárias, e 370 de outras empresas dos diversos sectores industriais da Alemanha, entre os quais, da agricultura e floresta, da produção de energia, da metalurgia, das comunicações, dos transportes, dos seguros e de associações profissionais e industriais¹⁴.

Por seu turno, a Câmara de Comércio de Colónia criou em 1906 o primeiro arquivo regional de natureza económica, o Rheinisch-Westfälischer

Wirtschaftsarchiv, que incorporou os arquivos das Câmaras de Comércio e de numerosas pequenas empresas privadas da região da Renania-Vestfalia o qual, no entanto, sofreu grandes perdas em 1943, durante a II Guerra Mundial¹⁵. Ainda no domínio das iniciativas realizadas pelo sector privado alemão seria fundado, também naquele ano de 1906, o Sud-Westdeutschen Wirtschafts-Archiv de Sarrebruck e, já em 1980, o Archiv für Wirtschaftsgeschichte, em Stuttgart. Também uma outra entidade de natureza privada, a Westphalian Economic Archives Foundation, de Dortmund, tem vindo a realizar desde 1941 um importante trabalho de salvaguarda, conservação e publicação de arquivos empresariais¹⁶. As Câmaras de Indústria e Comércio de Baden-Württemberg criaram em 1980 um arquivo regional, o mesmo sucedendo na região de Munique e Alta Bavaria desde 1986¹⁷. Mais recentemente, o governo alemão criou uma comissão especial para a conservação dos arquivos empresariais, com sede em Dusseldorf, com funções de o assessorar – assim como às empresas que o solicitem – em matéria de conservação e organização de acervos documentais de interesse histórico.

Quanto aos arquivos dos diferentes sectores industriais, o mais significativo é o arquivo mineiro de Bochum, criado em 1969 no Museu Mineiro daquela cidade, merecendo, no entanto, também algum destaque o arquivo fundado naquele mesmo ano em Hohenberg an der Eger, consagrado à indústria de porcelana¹⁸.

No que respeita às associações de arquivistas profissionais, a Alemanha desempenhou também um papel pioneiro na Europa, tendo a temática dos arquivos empresariais sido abordada pela primeira vez em 1905 por Armin Tille¹⁹. A primeira conferência sobre arquivos de empresa realizou-se em 1913, e desde 1957 que o trabalho nesta área é desenvolvido no âmbito da Associação Alemã de Arquivistas Empresariais, que publica uma revista trimestral, intitulada *Archiv und Wirtschaft*. No entanto, a Associação de Arquivistas Alemães dispõe também de uma Secção própria, consagrada aos arquivos empresariais.

Na Bélgica, o interesse pela salvaguarda dos arquivos empresariais registou um acentuado incremento nas duas últimas décadas, acompanhando a situação de reconversão da economia belga, principalmente na região da Wallonia, que conduziu ao desaparecimento de inúmeras empresas. As principais iniciativas

foram protagonizadas pelos dois arquivos estatais, os Archives Générales du Royaume e os Archives de l'État dans les Provinces, em colaboração com uma entidade privada, a Association pour la Valorization des Archives d'Entreprises. Em 1975 os dois Arquivos estatais publicaram um primeiro Guia de arquivos empresariais conservados em arquivos públicos belgas, como os próprios arquivos estatais, os municipais, de museus, de universidades, etc.²⁰, o qual foi actualizado em 1998 com a publicação de um Suplemento, e que inclui todos os fundos documentais adquiridos durante o período que mediou entre as duas edições²¹. Os Arquivos estatais têm vindo a realizar nos últimos anos um importante trabalho de divulgação de difusão do conteúdo, valor e importância dos arquivos empresariais e da necessidade da sua preservação, o qual foi acompanhado por uma publicação²², editada para o efeito.

Recentemente, os Archives Générales du Royaume, juntamente com uma associação de arqueologia industrial de Bruxelas – a La Fonderie –, desenvolveram um programa específico para a salvaguarda dos arquivos empresariais da capital belga, o qual visa igualmente a publicação de um *Guide des Archives d'Entreprises à Bruxelles*²³. Esta iniciativa conta com o apoio científico da Universidade Livre de Bruxelas e de duas importantes organizações patronais, a Câmara de Comércio e Indústria de Bruxelas e a União das Empresas de Bruxelas.

Uma outra iniciativa importante desenvolvida neste âmbito na Bélgica constituiu a publicação, em 1991, do trabalho de René Leboutte, *La problématique de la sauvegarde des archives relatives aux entreprises en Belgique*, pelo facto de ter contribuído, junto do empresariado belga, para uma maior consciência sobre a necessidade de preservarem os seus próprios arquivos.

Em 1940 foi fundado em Arhus, na Dinamarca, o Erhvervsarkivet – Arquivo Empresarial Nacional da Dinamarca²⁴ – uma instituição independente para recolher arquivos empresariais das mais diversas procedências, o qual se transformou em 1963 numa instituição estatal na dependência do Ministério da Cultura, sendo então integrado no recém-criado Arquivo Estatal Dinamarquês. Dispondo de mais de 7.000 colecções e de 50.000 metros de prateleiras com documentação de natureza empresarial, a mais antiga da qual remonta aos inícios do século XVIII embora a maior parte das colecções se iniciem a partir

de 1850. Entre estas, incluem-se as colecções de documentação empresarial recolhida desde 1930 por diversas unidades de investigação da Universidade de Copenhaga.

Para além deste arquivo também algumas das grandes empresas industriais dinamarquesas – nomeadamente as cervejeiras, companhias de seguros e alguns bancos – conservam os seus próprios arquivos históricos. No que respeita a publicações sobre arquivos empresariais dinamarqueses, desde 1949 que o Erhvervsarkivet publica anualmente o *Erhvervshistorisk*, contendo inventários, artigos sobre o valor dos acervos incorporados, e outras informações úteis. Em 1992 foi promulgada legislação específica relativa a arquivos, a qual, no entanto, não estipula nenhuma obrigatoriedade para as empresas salvaguardarem a sua documentação histórica²⁵.

Em Espanha, o interesse pela salvaguarda de arquivos empresariais é relativamente recente, tendo as primeiras iniciativas sido da responsabilidade do sector público, nomeadamente das entidades bancárias²⁶. Em 1982, o Banco de Espanha organizou o I Congresso sobre Arquivos Económicos de Entidades Privadas, para apresentação do seu arquivo histórico, inaugurado nesse ano, cabendo ambas as realizações no âmbito do programa de comemorações do bi-centenário daquela instituição. As actas desse I Congresso foram publicadas no ano seguinte, e pode considerar-se que o mesmo constituiu o ponto de partida para o despoletar de outras iniciativas no domínio da preservação de arquivos empresariais. Em 1986 realizar-se-á um II Congresso, igualmente sob o patrocínio do Banco de Espanha, ao mesmo tempo que eram divulgadas iniciativas de salvaguarda e organização de arquivos por parte de outras entidades bancárias, como o Banco de Bilbao, o Banco Urquijo, o Banco Hipotecário, a Caixa de Pensions de Barcelona, o Banco Exterior de Espanha – actualmente desaparecido como tal –, o Banco de Sabadell e algumas Cajas de Ahorros, entre as quais as de Madrid, Burgos, Asturias e Navarra²⁷. O Arquivo do Banco de Espanha conserva um extenso fundo de documentos relacionados com as actividades realizadas desde a sua fundação até aos nossos dias²⁸. Estes fundos ocupam cerca de 35.000 metros lineares de estantes, dos quais uma quarta parte se consideram históricos. Para um maior conhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Espanha no âmbito dos arquivos bancários poderão ser

consultadas as actas dos dois Congressos atrás referidos, assim como os artigos sobre o tema publicados por Maria Teresa Tortella Casares, a qual, aliás, foi a principal impulsionadora da organização daquelas iniciativas²⁹.

No domínio governamental a acção de preservação de arquivos de empresas tem consistido fundamentalmente num trabalho de recenseamento – permanentemente actualizado e acessível através dos Pontos de Informação Cultural (PIC) do Ministério da Educação e Cultura –, iniciado desde 1978 pelo Centro de Informação Documental de Arquivos (CIDA), actualmente integrado na Sub-Direcção Geral de Arquivos do mesmo Ministério³⁰. Para além desta iniciativa, a conservação de arquivos empresariais em Espanha foi, até há bem pouco tempo atrás, uma actividade desenvolvida pontualmente por parte dos arquivos estatais, das Diputaciones e Ayuntamientos³¹ e também por outras instituições, como Câmaras de Comércio (como a de Sevilha), algumas universidades (como a Autónoma de Barcelona ou a de La Laguna) ou Arquivos Históricos Provinciais (Aragão, Valladolid, Tarragona, Santa Cruz de Tenerife), sendo no entanto ainda relativamente pouco numerosos os acervos incorporados. Contudo, a emergência de novas políticas arquivísticas surgidas no âmbito das comunidades autónomas augura boas possibilidades para a alteração da situação existente. É o caso da Generalitat da Catalunha, da Junta de Andaluzia e do Principado das Astúrias cujos planos de arquivos já contemplam projectos específicos de recuperação e conservação de arquivos empresariais³².

Quanto às empresas espanholas, foram principalmente as grandes empresas públicas – como a Red Nacional de Ferrocarriles Españoles (RENFE), a Tabacalera ou a Hunosa – as que maior atenção prestaram aos seus arquivos históricos. Merece, no entanto, um especial destaque o trabalho desenvolvido pelo já referido Centro de Informação Documental de Arquivos (CIDA), em cujo *Censo-Guia de Arquivos Iberoamericanos* estão recenseados largas centenas de arquivos empresariais, distribuídos deste modo pelas várias comunidades autónomas: Andaluzia: 418, Aragón: 233, Astúrias: 86, Cantábria: 23, Castela e Leão: 268, Castela La Mancha: 142, Catalunha, 142, Galiza: 170, País Basco: 1, Madrid: 2, Navarra: 266, e Valência: 586, trabalho que ainda se encontra em curso³³. Estes números revelam-nos que, não obstante o atraso com que se iniciou em Espanha o movimento preservacionista de

arquivos empresariais, é de assinalar que o país vizinho desenvolveu neste domínio, em pouco mais de uma década, um trabalho verdadeiramente notável. Contudo, tal como sucede noutros países europeus, e embora a Lei do Património Histórico de Espanha, promulgada em 1985, estabeleça uma acção protectora global sobre todo o património documental, “*o certo é que a Administração espanhola careceu desde sempre e carece ainda hoje em dia de políticas concretas relativas ao património documental industrial e mercantil e, evidentemente, de um plano nacional de carácter sectorial em matéria de arquivos históricos de empresas*”³⁴.

A entidade profissional espanhola no domínio dos arquivos é a ANABAD, em cujo boletim têm sido publicados diversos artigos acerca de arquivos empresariais. No entanto, gostaríamos de finalizar esta breve abordagem do panorama existente no país vizinho destacando a recente publicação de uma obra de importância fundamental para todos os que se interessam por esta temática – *Estudio Básico sobre el Patrimonio Documental Asturiano. Los archivos históricos, industriales y mercantiles* –, publicada pela INCUNA. Associação Asturiana de Arqueologia Industrial³⁵, e que se deve em grande parte ao excelente trabalho desenvolvido por Eduardo Núñez Fernández.

Ainda antes de 1900 foi fundado na Finlândia um arquivo para a recolha de documentação de origem empresarial – o ELKA³⁶ –, o qual mantém igualmente uma base de dados dos principais arquivos empresariais finlandeses, que em 1995 registava 5.682 títulos. Também a Associação Finlandesa de Arquivos Empresariais³⁷, fundada em 1960, tem desenvolvido uma actividade importante neste domínio, não através de iniciativas próprias como em colaboração com a Associação Finlandesa de Microfilmagem³⁸. Estas duas associações publicam, em conjunto, o boletim informativo trimestral *Faili*, que dispõe de resumos em inglês. Embora na Finlândia também não exista legislação específica relativa à conservação de arquivos empresariais, cerca de duas centenas de empresas conservam os seus arquivos históricos³⁹.

Em França, a preocupação pela conservação dos arquivos empresariais surgiu no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1949, foi criado, no âmbito dos Arquivos Nacionais, um departamento específico para recuperar e organizar fundos empresariais denominado Serviço de Arquivos Económicos⁴⁰. O seu

primeiro director, Bertrand Gille, foi o responsável pela incorporação de um numeroso conjunto de fundos empresariais, criando igualmente um sistema de classificação que ainda é utilizado hoje em dia. No entanto, devido à falta de financiamento governamental e do pouco interesse revelado pelo meio empresarial, os ambiciosos objectivos iniciais ficaram muito longe de serem cumpridos, particularmente na domínio da recolha de fundos documentais provenientes das empresas nacionalizadas⁴¹. Em 1957, a Direcção dos Arquivos de França publicou um primeiro trabalho sobre o estado dos arquivos empresariais que tinha a seu cargo, o qual foi completado em 1977 com a publicação de um segundo volume⁴², e com um terceiro em 1995.

A partir de 1980 o interesse governamental pelos arquivos empresariais conheceu um novo fôlego. Foi então realizado um inventário da situação a nível nacional, concluído três anos mais tarde, e inaugurou-se um programa para a criação de cinco centros regionais para a incorporação de fundos empresariais, sob a supervisão da Direcção dos Arquivos de França, o primeiro dos quais – o Centre d'Archives du Monde du Travail –, localizado em Roubaix⁴³, no norte da França, abriu ao público em 1993, tendo constituído também uma das medidas emblemáticas da política cultural do ministro Jack Lang.

Por seu turno, a iniciativa privada francesa tem também contribuído para a conservação e divulgação dos seus arquivos históricos, especialmente as grandes empresas como a Compagnie de Saint-Gobain (desde 1974, e em grande parte devido ao trabalho pioneiro de Maurice Hamon), a Fondation Marius Berliet para o automóvel, o Crédit Lyonnais, a Electricité de France – Gaz de France (EDF-GDF), a Bull ou a Société Nationale des Chemins de Fer (SNCF), entre muitas outras. Também as Câmaras de Comércio e Indústria cuidaram da sua documentação histórica, particularmente as de maior dimensão, como Paris, Marselha (que dispõe de documentação desde 1650), Lyon, Toulouse ou Bordéus. Grande parte destas iniciativas ocorreram sobretudo a partir da década de 1950 e inseriram-se numa estratégia de afirmação de uma política de prestígio, tanto a nível nacional como internacional.

Como foi referido, o Centre d'Archives du Monde du Travail (CAMT) seria o primeiro de uma rede de cinco centros congéneres criados em outras tantas regiões francesas, particularmente marcadas pela industrialização. Actual-

mente, o CAMT – que se encontra sediado num magnífico exemplar do património industrial francês, as instalações da antiga fábrica têxtil Motte-Bossut, reutilizadas para o efeito –, conserva cerca de 50 000 metros de prateleiras com documentação histórica de origem empresarial e, também, proveniente de sindicatos e outras entidades de natureza económica, tendo já publicado um guia de pesquisa para a Região de Nord-Pas-De-Calais⁴⁴. No entanto, devido a restrições orçamentais, os outros centros não foram ainda criados, pelo que o CAMT tem vindo a assumir responsabilidades a nível nacional, no âmbito da recuperação e conservação de fundos empresariais.

Diversos arquivos regionais, assim como arquivos dependentes da administração local, conservam igualmente documentação de empresas, nomeadamente daquelas que se situam nas suas regiões ou localidades. Neste âmbito deve ser mencionado o CERARE – Centre Rhénan d'Archives et de Recherches Économiques de Mulhouse⁴⁵, criado em 1993, o qual constitui o único centro privado existente em França que se ocupa da preservação dos arquivos empresariais de uma região, no caso, a Alsácia. O CERARE já salvaguardou e tratou mais de 80 fundos de arquivos empresariais, ao mesmo tempo que desenvolve acções de formação universitária pré-profissional assegurando o ensino de arquivística empresarial aos alunos da Université de Haute-Alsace. Ainda no domínio do sector privado, algumas empresas publicaram guias dos seus arquivos históricos, tais como a Electricité de France – Gaz de France (EDF-GDF) ou a Total. Importa também realçar o trabalho que os Arquivos Nacionais estão actualmente a realizar junto do empresariado francês, divulgando os critérios de organização e gestão de arquivos empresariais, e realçando a importância de uma adequada conservação selectiva do seu património documental para a investigação histórica.

Em França não existe uma entidade profissional especialmente consagrada aos arquivos empresariais, mas a Associação dos Arquivistas Franceses (AAF) criou em 1974 uma Secção de Arquivos Económicos e de Empresa, com aquele objectivo, que publica o boletim *La Lettre des Archives d'Entreprise*. Recentemente, a AAF publicou o primeiro *Guide des Services d'Archives des Entreprises et Organismes du Monde du Travail*⁴⁶, onde o investigador pode encontrar os contactos das empresas, sindicatos e câmaras de comércio que

dispõem de arquivos históricos, assim como uma descrição sumária dos fundos que os mesmos conservam. Por seu turno, a revista *Entreprises et Histoire*, fundada em 1992 e publicada com o apoio do Instituto de História da Indústria, publica também notícias sobre arquivos empresariais, para além de artigos sobre história económica e empresarial.

Embora não exista legislação específica que contemple os arquivos empresariais, vários dos artigos da Lei de Arquivos promulgada em 1979 permitem a classificação de fundos documentais de natureza económica. No entanto, foram posteriormente desenvolvidas importantes iniciativas legislativas, das quais resultou legislação de interesse para a conservação de fundos empresariais, como a promulgada em 25 de Janeiro de 1988, relativa à reconversão e liquidação judicial de empresas. De acordo com o respectivo articulado, antes de qualquer venda ou destruição de arquivos da entidade a liquidar, os responsáveis pela liquidação devem informar as autoridades administrativas competentes para que estas considerem a conservação dos referidos arquivos.

Na Grã-Bretanha as iniciativas de conservação de arquivos de empresa são essencialmente de carácter privado, tendo as primeiras surgido na década de 1930, quando algumas empresas decidiram proceder à organização dos seus arquivos. Também nessa década, mais propriamente em 1934, é fundado o Business Archives Council (BAC)⁴⁷, com os objectivos de encorajar a preservação dos arquivos empresariais britânicos, assessorar empresas e entidades privadas sobre a organização e conservação de arquivos, e promover a utilização de arquivos empresariais.

Alguns anos mais tarde irão ser criados o Council for the Preservation of Business Archives, de natureza estatal, e o National Register of Archives (NRA), este último estabelecido em 1945 pela Royal Commission of Historical Manuscripts (RCHM), com o objectivo de constituir o registo oficial dos arquivos históricos das empresas existentes no país. Actualmente, conta com mais de 42.000 relatórios sobre fundos empresariais, e a entrada de novas informações cresce ao ritmo de 2.000 relatórios por ano⁴⁸. O NRA publica um guia das empresas que dispõem de fundos documentais organizados, o qual desde 1995 pode ser consultado nas instalações da RCHM ou *on-line* através do ARCHON – Archives On-Line – disponível na Internet⁴⁹.

Os fundos documentais de natureza empresarial existentes na Grã-Bretanha encontram-se conservados um pouco por todo o país, nos arquivos locais, num grande número de universidades, sendo no entanto bastante fácil obter um conhecimento rápido da sua localização através da consulta do respectivo guia ⁵⁰, cuja terceira edição foi publicada em 1996. Para além desta existem muitas outras obras de referência ⁵¹, proporcionando ao investigador informações sobre os arquivos empresariais dos mais diversos sectores de actividade económica, para além de um outro guia ⁵² genérico editado pelo BCA, que conheceu a sua quarta edição em 1996.

Uma das actividades importantes do BAC consiste, igualmente, num extenso programa de edições, compreendendo a publicação de anuários, guias, folhetos, actas de encontros, boletins e revistas sobre arquivos empresariais. A revista *Business Archives*, editada semestralmente desde 1970, publica numa das suas séries – sub-intitulada *Principles and Practice* – artigos sobre a organização de fundos empresariais, proporcionando informações úteis para uma efectiva tomada de decisões nesta matéria, assim como informações bibliográficas sobre as edições mais relevantes que vão sendo publicadas, e na outra – sub-intitulada *Sources and History* –, fontes para a história empresarial, listagens de fundos depositados nos vários arquivos britânicos, assim como recensões de obras sobre história industrial e empresarial.

Na Escócia existem duas entidades consagradas aos arquivos empresariais, o Business Archives Council of Scotland (BACS) ⁵³ – que pode considerar-se a irmã escocesa do BAC –, fundada em 1960, a qual publica igualmente a revista *Scottish Industrial History* ⁵⁴, e que se encontra sediada na Universidade de Glasgow; e uma segunda entidade, o Glasgow University Archives & Business Records Centre (GUA & BRC) que, entre fundos de outra natureza nele depositados, conserva uma das mais importantes colecções de arquivos empresariais a nível mundial ⁵⁵. Fundado em 1959 pelo Professor de história económica Sydney Checkland, o GUA & BRC tem vindo a desenvolver um excelente trabalho, preservando documentação da actividade comercial e industrial desenvolvida nos dois últimos séculos na região ocidental da Escócia, num total de mais de 400 colecções individuais, que ocupam 6 500 metros de prateleiras. O GUA & BRC criou também um grupo de discussão na Internet – o *Busarch* – sobre a gestão de arquivos empresariais ⁵⁶.

No que respeita à Grã-Bretanha, importa ainda realçar o interesse manifestado pela associação patronal britânica – a Confederation of British Industry – na conservação e organização dos seus próprios arquivos⁵⁷, assim como assinalar a publicação, em 1991, de um primeiro manual sobre a organização e tratamento de arquivos empresariais⁵⁸.

Na Grécia, a preservação dos arquivos empresariais encontra-se num estado mais atrasado, em comparação com os restantes países da Europa Ocidental, com excepção de Portugal. No início da década de 1980 foi desenvolvido um esforço concertado para salvaguardar os arquivos de um largo número de entidades bancárias – o Banco Agrícola, o Banco Comercial e o Banco Helénico para o Desenvolvimento Industrial (ETBA) –, seguindo o exemplo do Banco Nacional da Grécia, fundado em 1841, e o único que desde 1977 dispõe de um arquivo histórico. Neste, coexistem duas áreas principais de actividade: o Arquivo, propriamente dito, e um outro sector consagrado à investigação histórica⁵⁹.

Infelizmente, os esforços iniciados em 1980 foram interrompidos por razões financeiras no princípio da década seguinte. Actualmente a Fundação Cultural do ETBA e a Fundação Cultural do Banco Agrícola estão a renovar os seus esforços para criar os seus próprios arquivos históricos. Iguamente importante é o desejo manifestado pelo Banco da Grécia em estudar a possibilidade de criar um serviço de arquivos no âmbito do seu Departamento de Relações Públicas.

De 1977 a 1991, o sector de investigação histórica desenvolveu um programa de edição de monografias acerca de assuntos relacionados com a história do desenvolvimento económico da Grécia e o papel do Banco Nacional da Grécia. Desde 1995, um novo programa interdisciplinar tem vindo a ser posto em prática, compreendendo três temas principais: fontes para a história económica, história do Banco Nacional da Grécia, e história económica contemporânea da Grécia. Até agora, o Banco já publicou 38 estudos, consagrados à história do desenvolvimento agrícola na Grécia, a história do desenvolvimento do sistema bancário, a história do desenvolvimento industrial, entre outros.

Tal como sucedeu nos outros países da Europa do Sul também em Itália o interesse pela preservação de arquivos empresariais surgiu relativamente tarde, e por iniciativa do sector bancário. Em 1956 a Associazione Bancaria Italiana publicou dois importantes volumes sobre fundos históricos de vários bancos italianos, às quais se seguiram, respectivamente em 1963 e 1972, duas obras específicas sobre arquivos históricos de entidades bancárias de Turim e de Nápoles⁶⁰. Será nesse mesmo ano de 1972 que se realizará em Itália o primeiro Encontro sobre arquivos empresariais, organizado pela Rassegna degli Archivi di Stato, cujas actas foram publicadas no ano seguinte⁶¹.

Em 1978 o Consiglio Nazionale delle Ricerche criou uma Comissão para a História da Indústria no âmbito do Comité para as ciências económicas, sociológicas e estatísticas⁶². Em sintonia com aquela Comissão, a administração arquivística nacional encetou um trabalho de inventário sistemático dos fundos empresariais, realizado através das suas delegações regionais. A esta iniciativa seguiram-se, durante a década de 1980, vários Encontros e Congressos sobre arquivos empresariais, como o que foi realizado em Génova, em 1982, na Ansaldo – intitulado *Beni Culturali, Ricerca Storica e Impresa – consuntivi e prospettive degli Archivi Storici d'Impresa in Italia*⁶³ –, a primeira empresa italiana a organizar o seu próprio arquivo⁶⁴. Ainda em 1982, foi também organizado em Génova, para assinalar a abertura ao público o arquivo da secção histórica da Azienda Municipalizzata Trasporti, um Seminário sobre *Salvaguardia e Valorizzazione degli Archivi d'Impresa*, cujas conclusões revestiram uma particular importância para o subsequente desenvolvimento do interesse pela preservação de arquivos empresariais em Itália. Em 1984 foi organizada em Turim uma Conferência – intitulada *Lingotto: La Memoria dell'Industria*⁶⁵ – para assinalar a inauguração do “Progetto Archivio Storico Fiat”, o qual tem por objectivo inventariar toda a documentação de interesse histórico existente em todas as filiais do Grupo Fiat. Nos anos seguintes, Perugia será o palco de duas importantes realizações. Em 1987, organizou-se naquela cidade um Seminário sobre *Archivi d'Impresa: un problema aperto*⁶⁶, no âmbito da reorganização do Arquivo Histórico Buitoni-Perugia, e no ano seguinte foi a vez de um outro Seminário sobre *Archivi delle Camere di Commercio*, no qual foi apresentado o inventário do arquivo histórico da Camere di Commercio de Perugia e analisada a sua importância para a história económica e social. Por seu turno, o Ministero per I beni

culturali de ambientali organizou em Roma, em 1989, conjuntamente com a Associazione Nazionale Archivistica Italiana, uma Conferência sobre *Gli Archivi degli Istituti e delle Aziende di Credito e le Fonti d'Archivio per la Storia delle Banche*, cujas Actas foram publicadas em 1995. Finalmente, a Câmara de Comércio de Milão e a Fondazione Assi di Storia e Studi sull'Impresa organizaram em 1990 uma Conferência sobre *I Frantumi Ricomposti: dagli Archivi alla Realtà Economica*, à qual se seguiram dois outros importantes Encontros, sobre *Industria, Lavoro, Memoria* (Turim, Novembro de 1994), e *Fonti per la Storia del Movimento Sindacale in Italia* (Roma, Março de 1995).

A legislação arquivística italiana contempla algumas disposições relativas a arquivos empresariais. O principal texto legislativo em matéria de arquivos, promulgado em 30 de Setembro de 1963, estipula que as entidades privadas detentoras de documentação com mais de setenta anos são obrigadas a contactar a administração arquivística nacional. Por seu turno, os organismos públicos que possuam documentação com mais de quarenta anos devem organizá-la à parte, em secções arquivísticas específicas. Nas entidades privadas, quando um arquivo é declarado de "notável interesse histórico", o proprietário é obrigado a realizar um conjunto de recomendações estipuladas na lei de 1963, as quais incluem a conservação, organização, catalogação, abertura para a consulta, restauro, manutenção integral da documentação, permitindo-se a destruição apenas após a obtenção do acordo por parte da administração arquivística nacional. Várias centenas de arquivos empresariais foram já declarados de interesse histórico.

Em Itália, não existem arquivos centrais ou regionais para a incorporação de fundos empresariais. A única tentativa realizada nesse sentido foi desenvolvida na Lombardia em 1993, na sequência de um acordo entre o Ufficio centrale per I beni archivistici do Ministero per I beni culturali de ambientali (representado pela Sovrintendenza archivistico per la Lombardia) e o Centro sulla Storia dell'Impresa e dell'Innovazione (CSII), de Milão. No âmbito deste acordo o CSII tem vindo a incorporar e a catalogar fundos de interesse histórico pertencentes às empresas privadas que desejem assegurar a sua salvaguarda. No entanto, inúmeras empresas italianas dispõem de arquivos históricos, nomeadamente bancos, companhias de seguros e grandes empresas do ramo metalúrgico, automobilístico e têxtil.

Não existem muitos guias que proporcionem informações sobre arquivos empresariais. Contudo, o inventário sistemático dos fundos empresariais, acima referido, já produziu vários guias regionais, tendo sido publicados os relativos à Toscana, Roma e Lázio, Veneto e Milão⁶⁷. Merece particular interesse, pela abrangência dos dados que apresenta, incluindo uma bibliografia específica, a obra de L. Borghi e G. Fabbrizi, *Archivi d'Impresa e Archivistica Industriale. L'Archivio Storico dell'Azienda Consorziale Trasporti di Reggio Emilia*, Bologna, 1996.

Embora não exista em Itália uma associação profissional especificamente consagrada à salvaguarda e tratamento de arquivos empresariais⁶⁸, existem duas outras entidades que têm desenvolvido um trabalho verdadeiramente notável nesta área e que merecem ser assinaladas. A Fondazione Assi di Storia e Studi sull'Impresa, de Milão, iniciou em 1990 a publicação da revista semestral *Archivi e Imprese*, organizando a partir de então várias conferências e seminários sobre arquivos empresariais. A revista, cujo financiamento é também assegurado por várias entidades bancárias e empresas detentoras de arquivos históricos, passou a ser publicada, a partir de 1993, pelo Centro sulla Storia dell'Impresa e dell'Innovazione (CSII)⁶⁹, mantendo contudo a qualidade que até então vinha apresentando. Para além da revista, o CSII publica actualmente o boletim informativo *La Memoria dell'Impresa*, que divulga informações bastante úteis sobre a situação dos arquivos empresariais em Itália, a investigação realizada nas áreas da história industrial e empresarial e, ultimamente, notícias sobre a arqueologia industrial italiana, os museus de empresa, e um calendário dos cursos e seminários que se realizam naquele país. Merece, ainda, um particular destaque o primeiro manual sobre arquivos de empresa publicado em Itália⁷⁰, em 1998, publicado pelo CSII, cujos temas abordados vão desde a metodologia necessária para a correcta organização dos fundos empresariais à problemática, mais actual, da informatização, da reprodução substitutiva, da gestão e das disposições legislativas. O Centro Studi per la Documentazione Storica de Economica dell'Impresa⁷¹ constitui a segunda entidade que nos merece uma referência particular. Fundado em 1982, as principais actividades do Centro visam a formação profissional, a conservação e organização dos arquivos empresariais – tanto os históricos como os actuais –, assim como a organização de exposições e de seminários de estudo. Uma outra instituição que é indispen-

sável mencionar é a Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, criada em 1974, a qual reúne um grande número de fundos de entidades empresariais italianas.

A Holanda constitui outro dos países da Europa Ocidental que tem prestado uma particular atenção aos arquivos empresariais. Em 1914 foi fundada em Haia uma associação denominada Nederlandsch Economisch Historisch Archief (NEHA), vocacionada para a recolha, conservação e preservação de todo o tipo de documentos relacionados com a história económica e empresarial dos Países Baixos. Em 1970, a NEHA tinha incorporado cerca de 100 colecções de acervos históricos empresariais, que correspondiam a 15.000 metros de prateleiras. Dificuldades de armazenamento, associadas a uma alteração da política governamental relativamente à preservação de arquivos privados obrigou, em 1974, à transferência dos fundos arquivísticos da NEHA⁷² para os arquivos municipais e estatais. Desde essa data, a NEHA – entretanto instalada em Amesterdão – tem vindo a actuar como intermediária entre os arquivos e as empresas, prestando serviços técnicos sobre a preservação de fundos empresariais históricos, nomeadamente junto das empresas que desejam incorporar os seus acervos nos arquivos estatais. Finalmente, em 1989, foi transferida para as instalações do Instituto Internacional de História Social (IISH)⁷³, bem conhecido dos investigadores em história económica e social.

Em 1983, a NEHA constituiu o Bedrijfs Archieven Register Nederland (BARN), juntamente com o Central Register of Private Archives e a Dutch Association of Business Archivists, e com base num financiamento governamental entretanto obtido, publicou, entre 1990 e 1993, dezasseis guias sectoriais que inventariam os arquivos empresariais existentes nos Países Baixos. Deste trabalho concluí-se que 485 empresas holandesas conservam os seus próprios arquivos históricos, número que no entanto foi considerado relativamente baixo. O BARN, que é actualizado periodicamente, contava nos finais de 1994 com registos de 5.500 arquivos empresariais.

Um dos objectivos da NEHA, actualmente em curso, é o de converter o BARN no Netherlands Business Archives (*on-line*) Database, para o qual conta com o apoio do Instituto Internacional de História Social⁷⁴. Também os arquivos públicos holandeses constituíram uma base de dados *on-line* sobre arquivos

empresariais. A NEHA criou, também, uma cadeira especial sobre história empresarial e os seus aspectos sociais na Universidade de Amesterdão. Entre as suas edições contam-se duas publicações periódicas, o *NEHA-Jaarboek voor economische, bedrijfs- en techniekgeschiedenis* (um anuário) e o *NEHA-Bulletin* (semestral).

Em 1947, os arquivistas que trabalhavam em empresas criaram uma espécie de grupo de pressão, o Documentalist Group of NIDER (Dutch Institute for Documentation and Registration), mais tarde NVD (Dutch Association of Librarians, Documentalists and Literature Referees), que em 1953 se transformou na NVBA (Nederlandse Vereniging van Bedrijfs Archivarissen), a Associação Holandesa de Arquivos Empresariais. A NVBA⁷⁵ tem por objectivo principal a formação profissional dos arquivistas que lidam com acervos empresariais, assim como a divulgação de informações nesta área, publicando para o efeito um boletim informativo e a revista *Kantoor & Efficiency*. A sua actividade desenvolve-se em estreita cooperação com a KVAN – Koninklijke Vereniging van Archivarissen in Nederland (a Real Associação Holandesa). No domínio das entidades holandesas consagradas à preservação de arquivos empresariais merece ainda ser assinalado o National Bureau for Industrial Heritage (PIE – Project Industriel Erfgoed)⁷⁶, criado em 1992 pelo Ministério da Educação, Cultura e Ciência, o qual tem vindo a apoiar o trabalho da NEHA, particularmente no âmbito de um projecto, lançado em 1993, relativo ao inventário de arquivos empresariais da indústria têxtil, cujos resultados foram publicados dois anos mais tarde.

Apesar de não existir, nos Países Baixos, legislação específica consagrada à preservação de arquivos empresariais, o novo Código Civil, promulgado em 1993, responsabiliza moralmente as empresas no sentido de conservarem a sua documentação histórica, como parte integrante do património cultural nacional, recomendação que, no entanto, preocupa bastante os arquivistas empresariais, os quais duvidam da sua eficácia.

Na Noruega, os arquivos empresariais têm vindo a ser salvaguardados pelos Arquivos Nacionais, onde um número considerável daqueles se encontra depositado, tanto em Oslo como nos diferentes departamentos regionais⁷⁷. Recentemente, foram publicados inventários respeitantes a este tipo de docu-

mentação, que inclui também fundos provenientes dos sindicatos locais. Não existe, na Noruega, uma associação de arquivistas profissionais especializados em arquivos empresariais, mas a NDNO-Foundation, criada em 1993 e estabelecida em Stavanger, tem vindo a prestar apoio técnico neste âmbito a diversas empresas, nomeadamente na organização dos seus arquivos, acções de formação, microfilmagem e investigação histórica. A legislação norueguesa também não contempla a salvaguarda de arquivos empresariais, limitando-se a estipular deliberações genéricas sobre a obrigatoriedade de conservação da documentação contabilística por um período de dez anos.

No caso da Suécia, como sucedeu com grande número de outros países europeus, foram as entidades bancárias as pioneiras a organizar e a criar os respectivos arquivos históricos. No entanto, cerca de uma dezena de grandes empresas suecas – como a Volvo, Esselte, etc. – criaram também os seus arquivos históricos⁷⁸. Existem, na Suécia, quatro centros principais onde têm vindo a ser incorporados os fundos de documentação empresarial, distribuídos regionalmente de forma a cobrirem todo o país. No entanto, os arquivos estatais a nível provincial têm também incorporado fundos empresariais, assim como, obviamente, os Arquivos Centrais.

Os novos museus industriais criados recentemente na Suécia, como o de Norrköping, têm vindo também a incorporar fundos empresariais, alargando inclusivamente o âmbito da recolha a outro tipo de fontes que não as documentais, como filmes, fotografias e outros materiais iconográficos. No que respeita a guias, não foram ainda publicados guias específicos sobre fundos empresariais, embora o guia das colecções dos Arquivos Nacionais forneça informações sobre os acervos daquela natureza neles depositados.

Em 1910 são fundados em Basileia, na Suíça, os Schweizerische Wirtschaftsarchiv (Arquivos Empresariais Suíços), como resultado da colaboração da Câmara de Comércio local, com o objectivo de incorporar todo o tipo de documentação e colecções de imprensa e imagem relativas às empresas suíças, desde o século XVIII. No entanto, na Suíça não existe legislação que obrigue à preservação dos arquivos empresariais de interesse histórico⁷⁹, devendo-se a sua salvaguarda ao papel activo que tem vindo a ser desenvolvido pelos Arquivos Empresariais Suíços, os quais possuem cerca de 450 colecções de

acervos empresariais. Após um longo período de independência, os Arquivos Empresariais Suíços foram incorporados em 1976 na biblioteca da Universidade de Basileia, tendo-se constituído em 1988 a “WWZ-Bibliothek” – que incorporou igualmente outros acervos existentes na Universidade –, e que tem desenvolvido um trabalho notável embora recentemente tenha conhecido algumas dificuldades financeiras. Em 1993 foi criada a “Fundação para a Promoção dos Arquivos Económicos Suíços”, cuja reforçada dotação financeira permitiu assegurar a continuidade do trabalho⁸⁰. No entanto, a instituição mais activa na preservação de arquivos empresariais é o Arquivo de História Contemporânea da Escola Politécnica Federal de Zurique (Archiv für Zeitgeschichte der ETH, Zurich Afz).

Apesar de não existir legislação específica para a conservação de arquivos empresariais – a única regulamentação existente diz respeito à obrigatoriedade de conservação dos livros de contabilidade por um período de dez anos –, diversas empresas suíças têm preservado e organizado os seus próprios arquivos, como a Sandoz e a CIBA (no sector das indústrias químicas), a Nestlé (produtos alimentares), e a Landis & Gyr (engenharia eléctrica)⁸¹.

A Associação de Arquivistas Suíços organizou em 1993 um primeiro encontro sobre arquivos empresariais, donde resultou a criação, no ano seguinte, de um Grupo de Trabalho consagrado a esta temática. Os seus membros são arquivistas que trabalham em empresas privadas ou públicas, professores e investigadores interessados na história empresarial suíça. Para além da sensibilização dos meios económicos suíços no sentido de preservarem e organizarem os seus arquivos, o Grupo de trabalho desenvolve actualmente um projecto de criação de um “Guia dos fundos de arquivos empresariais na Suíça e no Liechtenstein”.

Uma abordagem do panorama da situação dos arquivos empresariais a nível internacional não ficaria completa sem uma referência ao trabalho desenvolvido nesta área pelo Conselho Internacional dos Arquivos, que em 1976 criou o Comité dos Arquivos de Empresa, actualmente denominado Secção dos Arquivos do Mundo do Trabalho e dos Negócios (ICA/SBL)⁸². Os seus objectivos são: promover a cooperação profissional e científica e as relações entre arquivos e arquivistas das empresas económicas e das organizações

sindicais; promover o interesse a nível mundial por este tipo de arquivos; preparar orientações em matéria de selecção, triagem e eliminação de arquivos de empresas económicas e de organizações sindicais; estudar as questões do acesso e da comunicabilidade de tais arquivos; e cooperar com os serviços de arquivos públicos que conservam fundos desta mesma natureza⁸³. Entre as suas edições conta-se uma colectânea de estudos sobre arquivos empresariais, considerada uma obra de referência sobre esta temática⁸⁴. O ICA/SBL organiza regularmente encontros para debate da temática dos arquivos empresariais, e em 1998 reiniciou a publicação do seu boletim informativo, publicado simultaneamente numa edição impressa e numa outra disponível no seu *site* na Internet.

Algumas necessidades básicas para a salvaguarda dos arquivos históricos das empresas portuguesas

Como é fácil de constatar, o nosso país apresenta uma situação bastante singular no contexto europeu dado o atraso que regista em matéria de salvaguarda e organização de fundos documentais de natureza empresarial. Já foi anteriormente referido que esta situação é extremamente grave em virtude de nas duas últimas décadas, com as transformações entretanto operadas na economia portuguesa, grande parte das empresas históricas – muitas delas centenárias – terem vindo a desaparecer, com a conseqüente perda dos seus acervos documentais. Por outro lado, o único documento legislativo⁸⁵ que contempla a situação dos arquivos empresariais, para além de ser totalmente inoperante, apresenta um inacreditável último artigo que deixa ao mais completo livre-arbítrio do político de serviço no Ministério da Cultura a obrigatoriedade das empresas conservarem os seus arquivos históricos, dado o mesmo anular por completo todo o articulado anterior. De facto, quando se conclui um decreto-lei com disposições desta natureza não se compreende sequer porque é que chegou a ser publicado. Reza, assim, o

referido documento: “*Não obstante o estatuído no artigo anterior*⁸⁶, *poderá o Secretário de Estado da Cultura, por simples despacho, isentar do cumprimento das obrigações dele constantes aquelas empresas cujos arquivos ou bens venha a verificar-se, pelos serviços competentes da Secretaria de Estado, não importarem às finalidades deste diploma*”. Aliás seria interessante ter conhecimento, neste quarto de século de vigência, quantas vezes e em que situações este diploma foi aplicado.

Face ao panorama que todos temos consciência existir, parece ser imprescindível uma rápida e eficaz tomada de decisões, no sentido de tentar salvaguardar aquilo que ainda o pode ser, e ao mesmo tempo encarar o futuro dos arquivos das empresas portuguesas. Deste modo, afigura-se-nos apropriado apresentar uma espécie de “programa mínimo” integrando um conjunto de medidas básicas para a salvaguarda de arquivos empresariais, as quais, como veremos, não são difíceis de aceitar e de pôr em prática.

1. Dar continuidade e aprofundar o trabalho de Inventário dos arquivos empresariais já iniciado pelo GTAE da BAD. Esta iniciativa, de importância fundamental, deveria ser directamente apoiada pelo Estado, de forma a reforçar a sua eficácia, nomeadamente através dos Ministérios da Economia e da Cultura. Para simplificar a execução deste Inventário, o mesmo poderia ser realizado de uma forma descentralizada, com a colaboração dos Arquivos Distritais – cujas competências nesta matéria deveriam ser reforçadas –, das Comissões de Coordenação e de outros organismos da administração pública.
2. Uma questão que permanece válida, e que se nos afigura fundamental, diz respeito à necessária vontade política que, seja qual for o governo, é necessário manifestar para se garantir a viabilidade de uma intervenção eficaz neste sector. O Estado – tal como, em maior ou menor grau, acontece nesta matéria nos restantes países europeus – necessita de assumir as suas responsabilidades, e só o facto de, por experiência, sabermos que frequentemente isso não acontece, é que necessitamos de o sublinhar. Efectivamente, não nos parece que o estabelecimento, por parte da administração pública e dos organismos de tutela do sector arquivístico nacional, de uma política activa – e de uma estratégia correspondente – relativamente

à protecção e conservação do património documental das empresas, seja algo muito difícil de concretizar. Aliás, o recente exemplo do Inquérito à situação dos museus em Portugal e a consequente criação de uma Rede de Museus é bem revelador de como as situações se alteram de uma forma positiva quando a necessária vontade política se manifesta.

A reformulação integral da escassa legislação existente sobre arquivos de empresa – o já referido Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro – constitui outra das questões que é necessário enfrentar e resolver. A lei existente está desactualizada e desadequada às necessidades do sector, até porque da sua leitura – nomeadamente do Art.º 1.º – parece que a grande e exclusiva preocupação do legislador na época em que foi promulgada era a de impedir a saída para o estrangeiro de arquivos empresariais de interesse histórico, algo que a simples promulgação daquele decreto não conseguiria provavelmente evitar. No entanto, nesta matéria será conveniente considerar dois aspectos: primeiro, evitar a adopção de medidas impositivas por parte do Estado, as quais, seguramente, não dariam bons resultados; em segundo, dado que em Portugal a existência de legislação – por vezes, até bastante abundante – muitas vezes não garante eficazmente os objectivos que estiveram na base da sua promulgação, corre-se o risco da publicação de nova legislação, por si só, não vir a resolver o problema. É imprescindível acompanhar as eventuais novas medidas legislativas com outras iniciativas, para a implementação das quais é imprescindível assegurar a colaboração da BAD.

Em matéria legislativa há algo que não só é bastante fácil de pôr em prática, como os seus resultados serão bastante eficazes. É o caso das empresas em relação às quais os Tribunais decretaram a situação de falência. O que sucede nestes casos é a passagem imediata de todo o património da empresa – incluindo a documentação – para a alçada do respectivo Tribunal, a fim do mesmo proceder a um inventário para a sua futura venda em hasta pública, a fim de se realizar numerário que possa atenuar as dívidas existentes e que provocaram a sua falência (à Segurança Social, à Banca, aos trabalhadores, a diferentes credores, etc.). Nestas situações, como ninguém se interessa pelos arquivos – que nem sequer são organizados em lotes para serem licitados, ao contrário da maquinaria,

veículos e instalações –, seria muito fácil ao Tribunal, no momento em que recebe as instalações da empresa, transferir e incorporar imediatamente num arquivo municipal ou distrital toda a documentação existente.

- 5 . A realização de políticas sectoriais de curto prazo parece-nos ser outras das medidas a encarar no âmbito deste “programa mínimo”. Entre estas caberia a execução de planos de recuperação, conservação, organização e exploração cultural e científica dos fundos empresariais que viessem a ser incorporados, ou daqueles que podendo permanecer nas respectivas empresas estas estivessem interessadas em proceder ao seu tratamento. Neste último caso, poderiam ser criadas equipas móveis constituídas por técnicos arquivistas dos quadros dos Arquivos Distritais.
- 6 . Outra das medidas que poderiam ser postas em prática, e que para além de não ter grandes custos poderia ser bastante produtiva, é a do lançamento por parte do Ministério da Economia – em colaboração com o GTAE e, eventualmente, o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – de uma campanha de sensibilização junto das empresas e das Associações Industriais e Comerciais, servindo-se para o efeito dos actuais meios de comunicação: televisão, rádio, imprensa, Internet – criando, por exemplo, uma página própria –, anúncios na imprensa empresarial, *mailings* destinados a um conjunto de empresas seleccionadas, etc. Eventualmente, alargar os incentivos fiscais ao nível da Lei do Mecenato às empresas que tomarem a iniciativa de organizar os seus fundos documentais históricos, ou que nesse sentido colaborarem com os arquivos do Estado, assim como estabelecer um prémio anual, de prestígio, para a empresa que se salientar na organização do seu arquivo histórico e divulgá-lo a nível nacional de forma a constituir um incentivo para outras.
- 7 . Finalmente, é indispensável acompanhar a execução deste programa com acções de formação apropriadas, as quais deveriam exercer-se a dois níveis: dada a carência de profissionais especializados na organização de arquivos empresariais históricos afigura-se indispensável proceder à realização de acções de formação nesta área, criando para o efeito equipas multidisciplinares de formadores; por outro lado, esta mesma formação, deveria ser realizada ao nível dos arquivistas que trabalham nas próprias empresas.

Gostaríamos ainda de chamar a atenção para um outro tipo genérico de documentação empresarial, que muitas vezes não tem merecido uma atenção compatível com a sua importância, e que nalguns casos se encontra ameaçada de desaparecimento. É o caso da documentação relativa às empresas que se encontra em diversos organismos da administração pública, como a Direcção Geral de Finanças, a Direcção Geral da Indústria ou de empresas estatais, algumas delas em processo de privatização. Toda esta documentação, que na esmagadora maioria dos casos diz respeito a empresas já desaparecidas, deveria ser incorporada de imediato nos Arquivos Distritais, ou no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pois corre o risco de vir a ser destruída, como já sucedeu nalguns casos.

Importa também salientar um outro tipo genérico de documentação empresarial, que muitas vezes não tem merecido uma atenção compatível com a sua importância, e que integra o conceito inicialmente exposto de património documental empresarial. Constitui este tipo de documentação o conjunto de publicações e edições efectuadas pelas próprias empresas ao longo dos tempos, catálogos de produtos, boletins, revistas, relatórios de direcção, papel timbrado, postais, etc., às quais, no passado, não foi atribuído valor bibliográfico e, por isso mesmo, não foram incorporadas nos acervos das bibliotecas, mas que são hoje em dia de grande utilidade para a investigação histórica. Para além desta documentação, importará também salvaguardar os fundos de imagem fixa – frequentemente, da autoria de fotógrafos profissionais, utilizados para publicidade da empresa – e audiovisual – neste caso, documentários e filmes publicitários. Como é conhecido, o suporte destes documentos é bastante frágil, exigindo cuidados especiais a fim de se assegurar a sua preservação, e a maior parte das vezes as empresas não dispõem das melhores condições para os conservar. Como medida complementar seria igualmente importante proceder a um inventário deste tipo de filmes publicitários que se encontram depositados na Cinemateca Nacional.

Embora, como foi anteriormente referido, a situação existente em Espanha, em matéria de conservação de arquivos empresariais, não seja comparável com a portuguesa, em virtude dos avanços registados no país vizinho durante as duas últimas décadas, parece-me no entanto apropriado concluir com as judiciosas palavras de Eduardo Núñez Fernández sobre as tarefas que nesta

área se deparam a todos os que se interessam pelo assunto: “Quando formos capazes de fazer compreender ao empresariado as vantagens que se lhes oferece um sistema arquivístico bem organizado e gerido, tanto para a sua gestão empresarial imediata como para a solidez da sua identidade e imagem empresariais e, também, para a história do seu país, da sua região ou da sua cidade, teremos dado um passo de gigante para a conservação do património documental Português, uma parte importantíssima do nosso legado cultural às futuras gerações e uma herança social à qual não podemos renunciar, para o qual como primeiro passo, é necessário classificá-la no nosso ordenamento jurídico como património cultural da sociedade”⁸⁷.

Notas

¹ GTAE (2001), *Arquivos Empresariais: Instrumento de gestão e património documental. Novos desafios, novas soluções*. Lisboa: GTAE-BAD – Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (edição em CD-ROM).

² *Idem*.

³ Eduardo Núñez Fernandez (2000), “Los archivos de empresa y el patrimonio documental industrial y mercantil como patrimonio cultural”, in Eduardo Núñez Fernandez, *Estudio Básico sobre el Patrimonio Documental Asturiano. Los archivos históricos, industriales y mercantiles*. Gijón: Ediciones Trea, pp. 102-103.

⁴ *Idem*.

⁵ Para além da bibliografia indicada, nomeadamente os trabalhos de Olga Gallego Rodriguez e de Eduardo Núñez Fernandez, consultar Ottfried Dascher (1984), “Gli archivi economici e aziendali in Europa e in America: un quadro d’insieme”, in Paola Carucci (a cura di), *Gli Archivi di Impresa*, número monográfico da *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, XLIV (2-3), pp. 447-452.

⁶ Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, p. 104.

⁷ Olga Gallego Rodriguez (1992), “Los archivos de empresa”, *Ábaco. Revista de Cultura y Ciencias Sociales*, Gijón, 2.ª Época, 1, p. 40.

⁸ Cf. Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, pp. 109-110.

⁹ Society of American Archivists, 527 S. Wells St., 5th Floor, Chicago, Illinois 60607, Estados Unidos da América.

¹⁰ Os elementos sobre a FPHESP foram retirados das suas publicações e do seu site na Internet: <http://www.fphesp.org.br>.

¹¹ Ver o respectivo *site* na Internet: <http://www.memoria.eletronbras.gov.br>.

¹² Angela Maria Carneiro Araújo e Cláudio H. M. Batalha, Preservação da Memória e Pesquisa: A Experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). [online] Disponível na Internet via *www*. URL: <http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/aber-hist-lon.htm>.

¹³ Evelyn Kroker (1993), "Business archives in the Federal Republic of Germany", *Business Archives – Principles and Practice*, 65: 51-60.

¹⁴ Horst A. Wessel (1984), "Gli archivi d'impresa in Germania. Risultati e prospettive", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 488-500, e Ingo Krüger (1996), "Business archives in Germany: an overview", in Lesley Richmond, *Overview of Business Archives in Western Europe*. Glasgow: Glasgow University Archives & Business Record Centre, p. 13.

¹⁵ Olga Gallego Rodriguez (1992), *Op. cit.*, p. 38.

¹⁶ Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, p. 105.

¹⁷ Ingo Krüger (1996), *Op. cit.*, p. 14.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ Armin Tille (1905), *Wirtschaftsarchive*. Berlin: Elsner.

²⁰ H. Coppejans-Desmedt (1975), *Guide des Archives d'Entreprises Conservés dans les Dépôts Publiques de la Belgique*. Bruxelles: Archives Générales du Royaume/Archives de l'État dans les Provinces.

²¹ H. Coppejans-Desmedt, *et al.* (1998), *Archives d'Entreprises Accessibles au Public en Belgique. Supplément au "Guide des Archives d'Entreprises Conservés dans les Dépôts Publiques de la Belgique"*. Bruxelles: Archives Générales du Royaume/Archives de l'État dans les Provinces.

²² C. Vancoppenolle, F. Bolle e S. Timperman (1999), *Archives d'Entreprises Archives Contemporaines*. Bruxelles: Archives Générales du Royaume/Archives de l'État dans les Provinces.

²³ Este Projecto dispõe de um *site* de divulgação na Internet, no seguinte URL: http://www.arch.be/enquete/enq_fr.html.

²⁴ Erhvervsarkivet, Vester Allé, 12, D-8000 Århus C, Dinamarca.

²⁵ Os elementos relativos à situação na Dinamarca aqui apresentados foram em grande parte retirados dos trabalhos de Ib Gejl (1984), "Business archives in Denmark", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 520-528, e de Henrik Fode, do Erhvervsarkivet, publicado no já referido trabalho de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 1-2.

²⁶ Maria Teresa Tortella (1984), "Gestion des documents des archives de banques et d'entreprises en Espagne", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 508-513.

²⁷ Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, pp. 113-114.

²⁸ Banco de España, Sección de Archivos, Negociado de Archivo Histórico, Alcalá, 50, E-28014 Madrid, Espanha. Dispõe de um *site* na Internet, no seguinte URL: <http://www.bde.es/indice.htm>.

²⁹ Maria Teresa Tortella Casares (1983), "Los archivos bancarios en España", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, XXXIII, 1: 27-42 e, da mesma autora, "Los archivos bancarios españoles en la actualidad", *Boletín de la ANABAD*, Madrid, XXXIX, 3-4 (1989): 511-518.

³⁰ Olga Gallego Rodriguez (1992), *Op. cit.*, pp. 45-46, e Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, p. 115. O seu endereço é o seguinte: Centro de Información Documental de Archivos (CIDA), Avda. Juan de Herrera, 2 – 4.ª Planta, Madrid, Espanha.

³¹ Correspondentes, respectivamente, aos nossos Governos Cívicos e Câmaras Municipais.

³² Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, p. 116, e para o caso das Astúrias consultar o artigo "El Principado inicia un censo de los documentos históricos industriales", *La Nueva España*, Gijón, 5 de Maio de 2000. Aliás, nas Astúrias, o Ayuntamiento de Gijón já tinha realizado em 1998 um censo municipal de arquivos industriais.

³³ Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, pp. 119-121.

³⁴ *Idem*, p. 115.

³⁵ Eduardo Núñez Fernández (2000), *Estudio Básico sobre el Patrimonio Documental Asturiano. Los archivos históricos, industriales y mercantiles*. Gijón: Ediciones Trea. Merece também ser consultado o artigo de Olga Gallego Rodriguez (1992), "Los archivos de empresa", publicado na revista *Ábaco. Revista de Cultura y Ciencias Sociales*, Gijón, 2.ª Época, 1: 29-56, sintomaticamente uma publicação também editada nas Astúrias, o que coloca, muito justamente, aquela região na vanguarda do movimento preservacionista de arquivos empresariais em Espanha. A INCUNA – Indústria, Cultura, Natureza, é a associação asturiana de arqueologia industrial.

³⁶ ELKA – Central Archives for Finnish Business Records, Tutkijantie, 7, FIN-50101 Mikkeli, Finlândia.

³⁷ Association of Finnish Business Archives, Box 271, FIN-00101 Helsinki, Finlândia.

³⁸ Finnish Microfilm Association, Box 536, FIN-00101 Helsinki, Finlândia.

³⁹ Na elaboração desta síntese relativa à Finlândia baseamo-nos principalmente nos dois trabalhos de Matti Lakio "Central archives for Finnish business records (ELKA)", in Paola Carucci (a cura di) (1984), *Op. Cit.*, e "Business Archives in Finland: an overview", publicado no já referido trabalho de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 3-6.

⁴⁰ Sobre os arquivos empresariais em França consultar também Marice Hamon (1984), "Les archives d'entreprises en France", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 480-487.

⁴¹ Roger Nougaret (1996), "Business archives in France: an overview", in Lesley Richmond, *Op. Cit.*, p. 7.

⁴² Bertrand Gille (1957), *État Sommaire des Archives d'Entreprises Conservés aux Archives Nationales. I*. Paris: Imprimerie Nationale, e Isabelle Guérin-Brot (1977), *État Sommaire des Archives d'Entreprises Conservés aux Archives Nationales. II*. Paris: Archives Nationales.

⁴³ Yvette Lebrigand (1988), "Un grand projet de l'état, le Centre des Archives du Monde du Travail à Roubaix", *Gazette des Archives*, Paris, n.º 141: 175-179 e, da mesma autora, "Le Centre des Archives du Monde du Travail de Roubaix", *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, Paris, 55 (1994): 33-44.

⁴⁴ Catherine Dhérent (1986), *Archives du Monde du Travail. Région – Nord-Pas-De-Calais. Guide de Recherche*. Lille: Archives Départementales du Nord/Office Régional de la Culture et de l'Éducation Permanente Nord-Pas-de-Calais.

⁴⁵ CERARE, 13, rue du 17 Novembre, B.P. 1174, F-68053 Mulhouse Cedex, França.

⁴⁶ Pode ser encomendado à livraria das Edições do CNRS: 151 bis, rue Saint-Jacques, F-75005 Paris, França.

- ⁴⁷ Business Archives Council, 101 Whitechapel High Street, London, E1 7RE, Grã-Bretanha.
- ⁴⁸ Stuart J. Woolf (1984), "Gli archivi delle imprese in Gran Bretagna", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 501-507, e Lesley Richmond (1996), "Business archives in the United Kingdom: an overview", in Lesley Richmond, *Op. Cit.*, p. 49.
- ⁴⁹ Royal Commission of Historical Manuscripts, Quality House, Quality Court, Chancery Lane, London WC2A 1HP, Grã-Bretanha. A consulta *on-line* pode ser efectuada no seguinte URL: <http://www.hmc.gov.uk/archivists.html>.
- ⁵⁰ J. Foster e J. Sheppard (1996), *British Archives. A Guide to Archive Resources in the United Kingdom*. Londres: Macmillan.
- ⁵¹ No já referido trabalho de Lesley Richmond, para onde remetemos o leitor interessado, a autora descreve mais de uma dezena deste tipo de guias. Lesley Richmond (1996), "Business archives in the United Kingdom: an overview", in Lesley Richmond, *Op. Cit.*, pp. 48-49.
- ⁵² L. Richmond e A. Turton (1996), *Directory of Corporate Archives*. London: Business Archives Council.
- ⁵³ Business Archives Council of Scotland, c/o Glasgow University Archives and Business Records Centre, Glasgow University, Glasgow G12 8QQ, Escócia.
- ⁵⁴ É possível consultar os índices da *Scottish Industrial History* (Volumes 1-20) no seguinte URL: <http://www.archives.gla.ac.uk/bacs/sih.html>.
- ⁵⁵ O Glasgow University Archives & Business Records Centre dispõe também de um *site* na Internet, no seguinte URL: <http://www.archives.gla.ac.uk/arcbrc/default.html>.
- ⁵⁶ A inscrição neste grupo de discussão efectua-se mediante o envio de uma mensagem electrónica para o seguinte endereço: majordomo@gla.ac.uk, indicando no corpo do texto apenas a mensagem "subscribe busarch". É igualmente possível consultar o respectivo arquivo de mensagens.
- ⁵⁷ Richard Storey (Ed.) (1997), *The Confederation of British Industry and Predecessor Archives*. Coventry: University of Warwick Library.
- ⁵⁸ Alison Turton (Ed.) (1991), *Managing Business Archives*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- ⁵⁹ Nikos Pantelakis, Business archives in Greece: The example of the Historical Archives of the National Bank of Greece. Comunicação apresentada na Conferência "Strengthening Modern Greek Collections," organizada em 1999 pela Biblioteca do Congresso e o Council on Library and Information Resources. [online] Disponível na Internet via [www](http://lcweb.loc.gov/rr/european/GrkColl/pantelakis.html). URL: <http://lcweb.loc.gov/rr/european/GrkColl/pantelakis.html>.
- ⁶⁰ Trata-se das obras *Archivio Storico dell'Istituto Bancario di San Paolo di Torino* (1963) e *Archivio Storico del Banco di Napoli* (1972).
- ⁶¹ Número monográfico da *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, XXXIII (1) (1973).
- ⁶² Para a apresentação dos elementos relativos à situação italiana, aqui apresentados, consultamos, entre outros, os trabalhos de Renato Grispo (1984), "Gli archivi economici in Italia", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 466-479, e de Fabio Del Giudice, "Business archives in Italy: an overview", incluído na já referida obra de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 17-23.
- ⁶³ As Actas deste Encontro foram publicadas na *Rassegna degli Archivi di Stato*, Roma, XLIV (2-3) (1984).

⁶⁴ O Arquivo Histórico da Ansaldo é descrito na publicação *Ansaldo – Archivio Storico*, editada em 1985 pela própria empresa. Recentemente, em 18 de Fevereiro de 2000, graças a um acordo entre a Comune e a Provincia de Génova com a Finmeccanica foi constituída em Génova a Fondazione Ansaldo – Archivio Economico delle Imprese Liguri Onlus, com o objectivo de se criar em Itália o primeiro arquivo empresarial de âmbito regional. Dispõe de um site na Internet, no seguinte URL: <http://www.ansaldo.it>.

⁶⁵ As Actas foram publicadas pela própria empresa: *Convegno di Studi. Lingotto – “La memoria dell’industria”*. Torino, 25 Maggio 1984.

⁶⁶ As Actas foram publicadas, conjuntamente, pela Fondazione Assi di Storia e Studi sull’Impresa e o Istituto per la Storia dell’Umbria Contemporanea: Giampaolo Gallo (a cura di) (1987), *Archivi d’Impresa: um Problema Aperto. Atti del Seminario di Perugia, 27 Marzo 1987*. Perugia: Editoriale Umbra.

⁶⁷ Respectivamente, *Archivi di Imprese Industriali in Toscana. Risultato di una prima rilevazione condotta dalla Soprintendenza Archivistica*. Firenze, 1982; M. Guercio, *Guida degli Archivi Economici a Roma e nel Lazio*, Roma, 1987; G. Bonfiglio Dosio, *Archivi delle Aziende Municipalizzate*, Venezia, 1987; e D. Bigazzi, *Gli Archivi d’Impresa nell’Area Milanese. Censimento Descrittivo*, Milão, 1990.

⁶⁸ A única entidade profissional neste domínio é a Associazione Nazionale Archivistica Italiana (ANAI) que, no entanto, não criou nenhuma secção ou grupo de trabalho consagrado aos arquivos empresariais.

⁶⁹ Centro sulla Storia dell’Impresa e dell’Innovazione, via Meravigli, 9/B, I-20123 Milano, Itália.

⁷⁰ Paola Carucci e Marina Messina (1998), *Manuale di Archivistica per l’Impresa*. Roma: Carocci Editore / Centro sulla Storia dell’Impresa e dell’Innovazione.

⁷¹ Centro Studi per la Documentazione Storica de Economica dell’Impresa, Piazza Mazzini, 27, I-00195 Roma, Itália.

⁷² O actual endereço é o seguinte: NEHA, Cruquiusweg 31, 1019 AT Amsterdam, Países Baixos. Dispõe de um site na Internet no seguinte URL: <http://www.iisg.nl/~neha>.

⁷³ Grande parte dos dados relativos à situação holandesa, aqui apresentados, foram extraídos do trabalho de Hélène J. M. Winkelman, “Business archives in Netherlands: an overview”, incluído na já referida obra de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 25-28.

⁷⁴ Ver o URL do Instituto Internacional de História Social: <http://www.iisg.nl>.

⁷⁵ NVBA – Dutch Association of Business Archivists, Groenveld 2, NL-5653 PC Eindhoven, Países Baixos.

⁷⁶ PIE-Project Industriel Erfgoed, Postbox 948, NL-3700 AX Zeist, Países Baixos.

⁷⁷ Os dados relativos à Noruega, aqui apresentados, foram retirados do trabalho de Hans Eyvind Naess, “Business archives in Norway: an overview”, incluído na já referida obra de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 29-30.

⁷⁸ Para a descrição do caso sueco baseamo-nos fundamentalmente em Anna-Christina Ulfsparré, “Business archives in Sweden: an overview”, incluído na já referida obra de Lesley Richmond (1996), *Op. Cit.*, pp. 41-43.

⁷⁹ Com a excepção, desde 1996, dos documentos relativos ao período da Segunda Guerra Mundial.

⁸⁰ Hans-Ulrich Sulser (1996), "Business archives in Switzerland: an overview", in Lesley Richmond, *Overview of Business Archives in Western Europe*. Glasgow: Glasgow University Archives & Business Record Centre, p. 47.

⁸¹ *Idem*.

⁸² A Secção dos Arquivos do Mundo do Trabalho e dos Negócios (Section des Archives du Monde du Travail et des Affaires/Section of Business and Labour Archives) dispõe de um *site* na Internet, no seguinte URL: <http://www.iisg.nl/~icasbl>.

⁸³ Para além da informação disponibilizada no seu *site*, consultar Francesca Morandini (1984), "Il Comitato Internazionale per gli Archivi di Impresa nei primi otto anni di attività", in Paola Carucci (a cura di), *Op. Cit.*, pp. 453-465.

⁸⁴ Committee on Business Archives of the International Council of Archives (1983), *Business Archives. Studies on International Practices*. Paris: CBA/ICA.

⁸⁵ Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de Outubro, publicado no *Diário da República*, I Série, n.º 239, de 15 de Outubro de 1977, p. 2498.

⁸⁶ O texto deste artigo fundamental é o seguinte: "Ficam desde já abrangidas pelo presente decreto-lei as empresas que estejam constituídas há mais de vinte e cinco anos e tenham um capital social superior a 50 000 contos".

⁸⁷ Eduardo Núñez Fernandez (2000), *Op. cit.*, p. 128. Salvaguardadas as devidas alterações a fim de fazer sentido no texto.

Bibliografia

Publicações periódicas

Archimag (1995), "Archives: enjeux et methodes", *Archimag*, Paris, 82: 27-50 (suplemento consagrado aos arquivos de empresa).

Bulletin de l'Association des Archivistes Suisses, Berna, 28 (1977): número monográfico consagrado aos arquivos de empresa.

Bulletin de la Section des Archives du Monde du Travail et des Affaires. Continuação do *Bulletin du Comité des Archives d'Entreprises du Conseil International des Archives*, Paris.

Epargne & Finance, Paris, n.º especial (1994): número especial sobre "Histoire et identité des entreprises financières".

Gazette des Archives, Paris, n.º 106 (1979): número monográfico consagrado aos arquivos de empresa.

Gazette des Archives, Paris, n.º 168 (1995): número monográfico consagrado aos arquivos municipais e património industrial.

Mémoires d'Usines, Bobigny, n.º especial (1999): consagrado à mesa redonda sobre arquivos técnicos e património industrial.

Rassegna degli Archivi di Stato, Roma, XXXIII (1) (1973): número monográfico consagrado à mesa redonda sobre arquivos de empresas industriais.

Rassegna degli Archivi di Stato, Roma, XLIV (2-3) (1984): número monográfico consagrado aos arquivos de empresa.

Artigos e monografias

BIGAZZI, Duccio (1991), "Archivi d'impresa e archeologia industriale", *Il Coltello di Delfo. Rivista di Cultura Materiale & Archeologia Industriale*, Roma, 20: 48-53.

BORGHI, Lilia e Gabriele FABBRICI (a cura di) (1986), *Archivi d'Impresa e Archivistica Industriale. L'archivio storico dell'Azienda Consorziale Trasporti di Reggio Emilia*. Bologna: Edizione Analisi.

CARUCCI, Paola e Marina MESSINA (1998), *Manuale di Archivistica per l'Impresa*. Roma: Carocci Editore/ Centro sulla Storia dell'Impresa e dell'Innovazione.

CASTEJÓN MONTIJANO, Rafael (1978), "Una nueva fuente para la historia económica de Andalucía: los archivos empresariales", *Cuadernos de Ciencias Económicas y Empresariales*, Málaga, 2: 249-258.

CHOMEL, Vital (1974), "Les archives d'entreprises dans les départements", *Gazette des Archives*, Paris, n.º 84: 18-35.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (1986), *A Investigação em Arqueologia Industrial*. Comunicação apresentada no colóquio "O Porto Manufactureiro e Fabril", realizada no Porto, em 7-8 de Fevereiro de 1986, pela Secção Norte da Ordem dos Engenheiros. Texto dactilografado.

- C, Carlos Alberto (1999), "Património e arquivos empresariais", *Arqueologia & Indústria*, Lisboa, 2-3: 219-226.
- VELLE, Raymond e Françoise HILDESHEIMER (1995), *Les Archives: aux sources de l'histoire des entreprises*. Paris: Éd. de l'Épargne.
- CL, R. (1985), "La valorizzazione degli archivi industriali: problemi normativi", *Ricerche Storiche*, 3: 461-473.
- DNT, Catherine (1986), *Archives du Monde du Travail. Région – Nord-Pas-De-Calais. Guide de Recherche*. Lille: Archives Departamentales du Nord/Office Regional de la Culture et de l'Education Permanente Nord-Pas-de-Calais.
- ION DES ARCHIVES DE FRANCE (1995), *Les Archives du Monde du Travail. Actes du XXIIIe Congrès des Archivistes Français. Roubaix, 5-7 octobre 1993*. Paris: Archives Nationales.
- DJS, Michel (1983), *Guide des Centres de Documentation en Histoire Ouvrière et Sociale. I. Paris*. Paris: Editions Ouvrières.
- GO RODRIGUEZ, Olga (1992), "Los archivos de empresa", *Ábaco. Revista de Cultura y Ciencias Sociales*, Gijón, 2.ª Época, 1: 29-56.
- C Giampaolo (a cura di) (1987), *Archivi d'Impresa: um Problema Aperto. Atti del Seminario di Perugia, 27 Marzo 1987*. Perugia: Editoriale Umbra.
- Gertrand (1958), "Les Archives d'Entreprises", separata de *État Sommaire des Archives d'Entreprises Conservés aux Archives Nationales. I*. Paris: Imprimerie Nationale.
- Gertrand (1970), "Les archives dites 'économiques' (archives d'entreprises et d'établissements bancaires, industriels et commerciaux), in *Manuel d'Archivistique. Théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: SEVPEN, pp. 417-428.
- ©2001), *Arquivos Empresariais: Instrumento de gestão e património documental. Novos desafios, novas soluções*. Lisboa: GTAE-BAD – Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (edição em CD-ROM).

- GUÉJ-BROT, Isabelle (1974), "Les archives d'entreprises aux Archives Nationales", *Gazette des Archives*, Paris, n.º 84: 9-18.
- GUÉJ-BROT, Isabelle (1977), *État Sommaire des Archives d'Entreprises Conservés aux Archives Nationales. II*. Paris: Archives Nationales.
- GUÉJ-BROT, Isabelle (1980), *Les Archives des Entreprises. Conseils pratiques d'organisation*. Paris: Archives Nationales.
- HAMI, Maurice (1988), "Les entreprises et leurs archives en temps de mutations", *Gazette des Archives*, Paris, n.º 141: 171-178.
- KROR, Evelyn (1993), "Business archives in the Federal Republic of Germany", *Business Archives – Principles and Practice*, 65: 51-60.
- LEBŦTE, René (1991), *La problématique de la sauvegarde des archives relatives aux entreprises en Belgique. Notes préliminaires*. Bruxelles (*Miscellanea Archivistica. Studia 17*).
- LEBŦAND, Yvette (1988), "Un grand projet de l'état, le Centre des Archives du Monde du Travail à Roubaix", *Gazette des Archives*, Paris, n.º 141: 175-179.
- LEBŦAND, Yvette (1994), "Le Centre des Archives du Monde du Travail de Roubaix", *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, Paris, 55: 33-44.
- MATŦ, A. Gil (1989), "As questões dos arquivos empresariais", *Notícia BAD*, Lisboa, 12 (1): 1.
- MORŦgiorgio (1986), "Le fonti d'archivio e la storia dell'industria italiana, in *Studi in Memoria di Mario Abrate*. Torino: Università di Torino – Istituto di Storia Economica, Vol. II, pp. 635-643.
- NOURET, Roger (Coord.) (1998), *Guide des Services d'Archives des Entreprises et Organismes du Monde du Travail*. Paris: CNRS Éditions.
- NÚŦ FERNÁNDEZ, Eduardo (2000), *Estudio Básico sobre el Patrimonio Documental Asturiano. Los archivos históricos, industriales y mercantiles*. Gijón: Ediciones Trea.
- RICHŦND, Lesley (1996), *Overview of Business Archives in Western Europe*. Glasgow: Glasgow University Archives & Business Record Centre.

- BUES, Manuel Ferreira (1993), "Arquivos das empresas: património ignorado", *Estudos Aveirenses*, Aveiro, 1: 151-163.
- BUES, Manuel Ferreira (1996), "Da necessidade de preservação dos arquivos das empresas e do seu valor para a História Local", 1.º *Encontro de História Local de Espinho: Actas*. Espinho: Câmara Municipal, pp. 45-53.
- SArmando B. Malheiro da (1989), "Defesa e estudo dos arquivos empresariais. Algumas notas para um plano de actuação urgente", *Actas do I Encontro Nacional sobre Património Industrial*. Coimbra: Coimbra Editora, Vol. I, pp. 321-330.
- SF, Richard (Ed.) (1997), *The Confederation of British Industry and Predecessor Archives*. Coventry: University of Warwick Library.
- TN, Alison (Ed.) (1991), *Managing Business Archives*. Oxford: Butterworth Heinemann.
- VPPENOLLE, C., F. BOLLE, e S. TIMPERMAN (1999), *Archives d'entreprises. Archives contemporaines*. Bruxelles: Archives Générales du Royaume.
- VNG, Jean (1971), "Les archives d'entreprises et leur intérêt pour l'histoire", *Gazette des Archives*, Paris, 73-74: 83-91.
- V (1982), *Archivi di Imprese Industriali in Toscana. Risultato di una prima rilevazione condotta dalla Soprintendenza Archivistica*. Firenze: Edizione All'Insegna del Giglio.
- V (1983), *Actas del Primer Congreso de Archivos Económicos de Entidades Privadas. 3-4 junio. Madrid, 1982*. Madrid: Banco de España.
- V (1985), *Salvaguardia e Valorizzazione degli Archivi d'Impresa. Atti del seminario internazionale. Genova, 28-29 ottobre 1982*. Genova: Archivio Storico Azienda Municipalizzata Trasporti di Genova.
- V (1988), *Actas del Segundo Congreso sobre Archivos Económicos de Entidades Privadas. 26-27 junio. Madrid, 1986*. Madrid: Banco de España.
- V. (1989), *Les Archives du Monde du Travail. Outil de gestion et patrimoine culturel*. Metz: Centre de Culture Scientifique, Technique et Industrielle du Bassin Houiller Lorrain.